

Fátima Lima destaca os temas prioritários que planeja discutir com demais membros da Comissão da CNseg



A Comissão de Sustentabilidade da CNseg tem novo titular: Fátima Lima, que é diretora de Sustentabilidade do Grupo Segurador BBMAPFRE. Ela antecipa parte da pauta das discussões do grupo que comandará, incluindo-se a construção de uma matriz de materialidade para o setor de seguros. Sua principal prioridade “é trabalhar para que as questões-chave de sustentabilidade sejam incorporadas na estratégia das empresas, garantindo a perenidade dos negócios e do setor de seguros”. Veja a íntegra de sua entrevista concedida ao Portal CNseg.

1. Quais temas serão priorizados em sua gestão à frente da Comissão de Sustentabilidade da CNseg?

Em um período difícil para as economias brasileira e mundial, incluir a sustentabilidade no centro dos negócios é uma iniciativa cada vez mais estratégica. Isso porque a análise dos aspectos ambientais, sociais e de governança muitas vezes é sinônimo de redução de custos e promoção do crescimento com inovação.

Nesse sentido, minha meta é trabalhar para que as questões-chave de sustentabilidade sejam incorporadas na estratégia das empresas, garantindo a perenidade dos negócios e do setor de seguros.

Outra prioridade é garantir que as questões abordadas nos Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI), e que tratam da inclusão dos aspectos ASG no dia a dia das atividades de seguros, do engajamento da cadeia de valor, do aperfeiçoamento das relações institucionais e governamentais, e do aprimoramento da comunicação dos avanços conquistados nessa área, sejam cada vez mais introduzidas na estratégia do setor como um elemento importante para o crescimento do setor.

Esses princípios, que norteiam o nosso negócio, precisam realmente ser entendidos e sistematizados pelas empresas, para que o Brasil possa alcançar uma maior representatividade em relação ao tema.

Também pretendo atuar na integração das federações, que já trabalham com temas associados a questões materiais de sustentabilidade como previdência, saúde e segurança, por exemplo, trazendo cada vez mais as discussões dessas entidades para um diálogo com foco em sustentabilidade e na geração de valor compartilhado.

2. Quais os principais projetos em andamento e/ou concluídos desenvolvidos pela

Comissão de Sustentabilidade?

Muitos projetos desenvolvidos pelos grupos de trabalho constituídos por membros da Comissão merecem destaque.

Um deles envolve a construção de uma matriz de materialidade para o setor de seguros, que permitirá identificar os temas, capitais e aspectos de interesse e relevância para cada público ligado ao setor. Essa ação também nos permitirá criar um plano de engajamento da CNseg com os diferentes stakeholders da indústria de seguros e que poderá ser utilizado como insumo pelas federações e seguradoras.

Temos ainda o plano de engajamento de stakeholders para questões relacionadas à sustentabilidade; a parceria com a GRI para a construção de indicadores específicos para o setor de seguros; e o projeto de definição das metas PSI para 2016, para garantir que os princípios sejam cada vez mais incorporados ao posicionamento estratégico das seguradoras brasileiras.

Outro projeto interessante concluído recentemente foi a pesquisa de avaliação do grau de adoção de fatores de sustentabilidade pela indústria de seguros brasileira, elaborada pelo pesquisador Flávio Nogueira, da UFRJ. O estudo avaliou a evolução do reconhecimento dos riscos ASG pela indústria de seguros nacional, testando a relação entre esse progresso e a adoção de políticas de sustentabilidade pelas seguradoras, com resultados positivos: a maioria das empresas consultadas (53,5%) já considera que os fatores ASG influenciam a subscrição e, a partir da materialidade financeira desses riscos, foram identificadas 48 oportunidades para o desenvolvimento de novos produtos e serviços.

A Comissão mantém ainda um forte trabalho de comunicação e incentivo ao debate, com a realização e a participação em seminários e fóruns de discussão que promovem as questões de sustentabilidade, como o Seminário de Riscos Emergentes, que será realizado em setembro, na próxima Conseguero, colocando o tema da sustentabilidade no centro de debates de um dos mais importantes eventos do setor no Brasil.

3. Que projetos devem entrar na pauta da Comissão?

Desde a sua criação, a Comissão tem mantido um papel ativo no desenvolvimento de iniciativas capazes de promover e disseminar o conceito de sustentabilidade, garantindo a implementação do PSI e despertando o setor para a importância desse tema.

Seguindo nessa linha, pretendo intensificar o debate sobre os efeitos de riscos globais no setor de seguros. As crises no abastecimento de água e de alimentos; as mudanças climáticas; as catástrofes naturais, entre outros aspectos sociais, geopolíticos e tecnológicos, são riscos que vêm se intensificando e o setor de seguros precisa estar preparado para lidar com essas questões e inovar com sustentabilidade.

As novas demandas da sociedade e o novo contexto mundial que requer a análise dos aspectos ASG devem ser incorporados à estratégia do negócio das seguradoras. O nosso papel, como tomadores de risco, é compreender e sistematizar os novos fatores de risco, aprimorando as dimensões e processos de análises e identificando os riscos futuros e incorporando-os à estratégia da empresa.

4. Como sua experiência na diretoria de Sustentabilidade do grupo BB/MAPFRE pode contribuir para os trabalhos da Comissão de Sustentabilidade?

Há mais de 10 anos à frente da área de Sustentabilidade do GRUPO BB/MAPFRE, fui responsável por levar esse tema para a estratégia corporativa da empresa, criando valor e disseminando conceitos e informações entre todos os envolvidos.

Esse olhar estratégico a partir de um contexto mais amplo, que envolve não apenas o desempenho econômico financeiro, mas considera também aspectos ambientais, sociais e de governança, é fundamental para que as empresas fortaleçam o seu posicionamento diante do mercado e da sociedade.

Por isso, continuarei trabalhando para mostrar a importância de incluir a sustentabilidade na estratégia de negócios. Somente assim, conseguiremos fazer com que o tema seja cada vez mais disseminado e entendido como uma peça fundamental que garante o pleno funcionamento do negócio, de forma sustentável.

5. Como têm sido os trabalhos no Conselho do PSI? Alguma mudança recente relevante no regulamento?

É uma honra integrar, a partir desse ano, o board do PSI. Desde sua criação, em 2012, os Princípios para Sustentabilidade em Seguros têm avançado significativamente em todo o mundo, contando hoje com 80 membros, sendo 45 signatários, que representam aproximadamente 15% do prêmio global e totalizam US\$ 9 trilhões em ativos.

Recentemente, estive em Zurique, na Suíça, para participar da conferência internacional do PSI, onde discutimos as prioridades, os desafios e os possíveis caminhos para a indústria de seguros.

Se analisarmos os principais projetos e iniciativas já concluídos ou em andamento, é possível identificar os avanços conquistados até agora e ter uma ideia da importância dos temas que estão sendo debatidos em nível global.

Uma das iniciativas em andamento é o projeto PSI de Resiliência Global, que envolve a elaboração do relatório Construindo comunidades e economias resistentes às catástrofes e de um mapa de riscos globais com informações sobre seguros que permitam identificar comunidades em risco e trabalhar com governos, comunidades e outros stakeholders para reduzir o risco.

Outra ação interessante é a Pesquisa Global “Entendendo as correlações: regulamentações de seguro e desenvolvimento sustentável”, cujo relatório final deve ser publicado até outubro deste ano.

Também está sendo desenvolvida outra pesquisa global sobre a integração de riscos relacionados aos aspectos ASG no processo de subscrição de projetos de infraestruturas (portos, pontes, barragens, etc.).

Mais uma importante iniciativa em andamento é a Declaração e Compromissos para Resiliência de Riscos de Desastres e Desenvolvimento Sustentável, que permite aos seus signatários assumir compromissos mais abrangentes que simplesmente aqueles relacionados à redução de riscos de desastres, incluindo também temas relacionados à mitigação e adaptação às mudanças climáticas, por exemplo.

Fonte: [CNseg](#), em 19.06.2015.